



Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

PROCESSO Nº 017/2026

I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

1.1. A necessidade da contratação de serviços de consultas médicas especializadas em ortopedia fundamenta-se, primordialmente, no dever constitucional do Poder Público de assegurar o direito à saúde, consagrado no art. 6º e no art. 196 da Constituição da República, segundo os quais a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, bem como ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

1.2. No âmbito municipal, observa-se significativa demanda reprimida por consultas especializadas em ortopedia, decorrente do aumento de casos relacionados a patologias osteomusculares, traumas, doenças degenerativas, lesões por esforço repetitivo e complicações ortopédicas associadas ao envelhecimento populacional. Tal cenário tem contribuído para a formação de filas prolongadas no sistema público de saúde, com impactos diretos na qualidade de vida dos usuários, no agravamento de quadros clínicos e no aumento de afastamentos laborais, sobretudo em população economicamente ativa.

1.3. Atualmente, parte relevante dessas consultas depende de encaminhamento para atendimento em outros municípios, o que acarreta custos adicionais ao erário com transporte sanitário, diárias de motoristas, combustível e manutenção de veículos, além de gerar ônus indireto aos munícipes, que necessitam deslocar-se por longas distâncias, muitas vezes em situação de dor ou limitação funcional. Essa dinâmica compromete a eficiência administrativa, sobrecarrega a logística da Secretaria Municipal de Saúde e reduz a capacidade operacional do transporte para outras demandas assistenciais.

1.4. A realização das consultas ortopédicas no próprio território municipal representa medida de racionalização administrativa e de economicidade, ao mitigar gastos com deslocamento intermunicipal e otimizar a utilização da estrutura existente na rede municipal de saúde. Ademais, promove maior comodidade, dignidade e acessibilidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, assegurando atendimento mais célere, humanizado e compatível com os princípios da universalidade, integralidade e equidade.

1.5. Sob o prisma da gestão pública, a contratação visa, ainda, reduzir a fila de espera atualmente existente, mediante ampliação da oferta de consultas especializadas, possibilitando a regularização do fluxo assistencial, a diminuição do tempo médio de espera e a prevenção de complicações que, se não tratadas oportunamente, podem demandar intervenções cirúrgicas ou tratamentos de maior complexidade e custo elevado.

1.6. Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária, adequada e alinhada ao interesse público, constituindo instrumento legítimo de concretização do direito fundamental à saúde, de aprimoramento da eficiência administrativa e de garantia de atendimento digno e acessível à população municipal.

II – UNIDADE REQUISITANTE:

Setor Requisitante (Unidade/Setor/Departamento):	Responsável
Secretaria Municipal de Saúde	Maria das Mercês Silveira Terra



III – DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:

- 3.1. A contratação deverá contemplar profissional médico regularmente inscrito no Conselho Regional de Medicina competente, com Registro de Qualificação de Especialista (RQE) em Ortopedia e Traumatologia, ou comprovação equivalente de especialização reconhecida, apto ao exercício regular da atividade profissional, observadas as normas do Conselho Federal de Medicina.
- 3.2. Exige-se comprovação de experiência profissional compatível com a natureza e complexidade das demandas ortopédicas identificadas no âmbito municipal, especialmente no atendimento ambulatorial de patologias osteomusculares, traumas, doenças degenerativas e lesões ortopédicas em geral.
- 3.3. Os serviços deverão ser prestados no próprio território do Município, em unidade de saúde pública indicada pela Secretaria Municipal de Saúde.
- 3.4. A contratada deverá assegurar quantitativo mensal de consultas compatível com a demanda reprimida identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, com definição prévia de dias e horários de atendimento, de modo a promover previsibilidade, organização do fluxo assistencial e redução do tempo médio de espera.
- 3.5. O atendimento deverá ocorrer mediante encaminhamento da Atenção Primária à Saúde, observando-se o fluxo regulatório municipal, assegurando integração com a rede local e continuidade do cuidado.
- 3.6. Constitui requisito essencial a emissão de laudos, relatórios, atestados e pareceres médicos quando necessários, bem como a indicação fundamentada de exames complementares e tratamentos subsequentes, em conformidade com protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas aplicáveis.
- 3.7. A contratada deverá observar rigorosamente as normas éticas e técnicas da profissão médica, as diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS e a legislação sanitária vigente, garantindo atendimento humanizado, digno e eficiente aos usuários.
- 3.8. Deverá ser assegurada a proteção de dados pessoais sensíveis dos pacientes, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD), mediante adoção de medidas técnicas e administrativas aptas a resguardar o sigilo e a integridade das informações.
- 3.9. A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, bem como comprovar capacidade técnica compatível com o objeto, assegurando a continuidade e a qualidade da prestação dos serviços.
- 3.10. Os serviços deverão ser prestados de forma contínua, eficiente e alinhada ao interesse público, contribuindo efetivamente para a mitigação da fila de espera existente, a redução de deslocamentos intermunicipais e a concretização do direito fundamental à saúde no âmbito municipal.



IV – LEVANTAMENTO DE MERCADO:

4.1. O levantamento de mercado realizado junto a municípios de porte semelhante, bem como a prestadores privados de serviços médicos especializados na área de ortopedia e traumatologia, evidencia que a contratação de consultas médicas especializadas apresenta características que dificultam a adoção do critério tradicional de julgamento pelo “menor preço”, notadamente em razão da natureza intelectual e personalíssima do serviço, da variação qualitativa entre profissionais e da necessidade de assegurar continuidade e ampliação da oferta conforme a demanda.

4.2. Verificou-se que a remuneração de consultas ortopédicas no mercado privado e em contratações públicas correlatas ocorre, via de regra, por valor fixo unitário por consulta, observados parâmetros regionais e tabelas de referência, não havendo ampla variação competitiva capaz de justificar disputa exclusivamente baseada no menor preço, sob pena de comprometimento da qualidade técnica e da adesão de profissionais habilitados.

4.3. Considerando a demanda reprimida existente e a necessidade de redução célere da fila de espera, constatou-se que a limitação a um único contratado, selecionado por menor preço, poderia restringir a capacidade de atendimento mensal, prolongando o tempo de espera dos usuários e frustrando o objetivo de ampliação do acesso ao serviço especializado.

4.4. Ademais, a definição do critério de julgamento pelo menor preço mostra-se tecnicamente inadequada, tendo em vista que o objeto envolve prestação de serviço técnico em que a qualificação profissional, a experiência e a disponibilidade de agenda são fatores determinantes para a adequada execução contratual, não sendo recomendável a escolha pautada exclusivamente na redução de valor unitário.

4.5. Nesse contexto, o levantamento aponta o credenciamento como a solução mais viável e eficiente, por permitir a fixação prévia de valor de referência compatível com o mercado, mediante justificativa técnica fundamentada, possibilitando a habilitação de todos os profissionais ou pessoas jurídicas que atendam aos requisitos estabelecidos no edital.

4.6. O modelo de credenciamento revela-se especialmente adequado quando a Administração Pública necessita contratar múltiplos prestadores para atendimento simultâneo e descentralizado da demanda, garantindo maior capilaridade, ampliação da oferta de consultas e redução mais célere da fila reprimida.

4.7. Além disso, o credenciamento assegura observância aos princípios da isonomia, impessoalidade e eficiência, uma vez que estabelece critérios objetivos de habilitação e remuneração uniforme, evitando disputas artificiais por preço em detrimento da qualidade do serviço prestado, bem como mitigando o risco de fracasso ou desinteresse do certame.

4.8. Sob a perspectiva econômico-administrativa, o credenciamento também contribui para a racionalização dos gastos públicos, pois permite a contratação conforme a demanda efetivamente



Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

executada, com pagamento por produção (consulta realizada), evitando ociosidade e assegurando maior aderência entre despesa realizada e serviço prestado.

4.9. Diante do exposto, o levantamento de mercado indica que a adoção do procedimento auxiliar de credenciamento se mostra a alternativa mais adequada, eficiente e alinhada ao interesse público, especialmente diante da impossibilidade prática e técnica de definição do critério de julgamento pelo menor preço como fator determinante da seleção, preservando-se a qualidade do atendimento e a efetiva concretização do direito fundamental à saúde no âmbito municipal.

V – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

5.1. A solução proposta consiste na contratação de serviços médicos especializados em ortopedia e traumatologia, destinado à ampliação da oferta de consultas ambulatoriais no âmbito do Município, com realização dos atendimentos no próprio território municipal, conforme demanda encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde.

5.2. O modelo adotado prevê a fixação prévia de valor unitário por consulta, com base em pesquisa de mercado, possibilitando o credenciamento de todos os profissionais ou pessoas jurídicas que atendam aos requisitos técnicos, jurídicos e sanitários estabelecidos no instrumento convocatório.

5.3. A execução dos serviços ocorrerá mediante agendamento prévio, a partir de encaminhamentos realizados pela Atenção Primária à Saúde, respeitado o fluxo regulatório municipal, assegurando integração entre os níveis de atenção e continuidade do cuidado ao paciente.

5.4. A solução contempla a realização de consultas ortopédicas para diagnóstico, acompanhamento e tratamento de patologias osteomusculares, traumas, doenças degenerativas e demais condições correlatas, incluindo a emissão de laudos, relatórios e atestados médicos, bem como a indicação fundamentada de exames complementares ou procedimentos subsequentes, quando clinicamente necessários.

5.5. A remuneração dos credenciados ocorrerá por produção, conforme quantitativo de consultas efetivamente realizadas e devidamente comprovadas, mediante controle administrativo da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando aderência entre despesa pública e serviço prestado.

VI – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS:

6.1. Conforme levantamento da área técnica, a demanda da UNIDADE REQUISITANTE tem a seguinte característica:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE
01	Contratação de empresa para prestação de serviços de realização de consultas médicas especializadas em Ortopedia	2.880	Serviço

6.1.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas foi elaborada com base na análise do histórico de consumo dos últimos exercícios, bem como na projeção de novas demandas, considerando fatores



Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

como ampliação do público atendido, necessidade de continuidade dos serviços e variações sazonais na demanda por atendimentos ortopédicos.

VII – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

7.1. O valor estimado preliminar da contratação é de R\$ 288.000,00 (duzentos e oitenta e oito mil reais), conforme pesquisa acostada ao presente.

VIII – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO:

8.1. O eventual parcelamento do objeto não traria ganhos de competitividade, economicidade ou eficiência, tendo em vista que:

- o serviço possui execução indivisível do ponto de vista funcional, sendo a consulta médica uma unidade completa em si mesma;
- a adoção do credenciamento já assegura ampla participação de interessados, permitindo a contratação simultânea de múltiplos prestadores;
- o parcelamento poderia gerar complexidade administrativa desnecessária na gestão, fiscalização e pagamento dos serviços.

8.2. Destaca-se que, embora não haja parcelamento do objeto em itens, a solução permite a pluralidade de prestadores credenciados, com execução fracionada da demanda conforme a necessidade da Administração, o que atende aos princípios da eficiência, isonomia, economicidade e interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Dessa forma, a opção pela contratação do objeto como item único, executado por múltiplos prestadores credenciados, mostra-se tecnicamente adequada e compatível com a natureza do serviço a ser contratado.

IX – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

9.1. Existe contrato de consultas ortopédicas vigente, através do Processo nº 056/2022, porém com moldes diversos deste, e que já não atende de modo satisfatório a atual administração nem tampouco o interesse público.

X – ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO:

10.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento administrativo e às diretrizes orçamentárias do Município de Mercês, na medida em que decorre de demanda formalmente identificada pela Secretaria Municipal de Saúde, compatível com as metas e prioridades estabelecidas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual vigentes, especialmente no que se refere à ampliação do acesso a serviços especializados e à redução da fila de espera no âmbito do SUS municipal; registre-se, contudo, que o Município ainda não instituiu formalmente o Plano Anual de Contratações – PAC, circunstância que não obsta à presente contratação, uma vez que devidamente motivada, planejada no âmbito setorial, acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e compatível com a programação financeira, recomendando-se, por oportuno, a futura implementação do referido instrumento como medida de aprimoramento da governança e do planejamento das contratações públicas municipais.



Secretaria Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE MERCÊS - MG

CNPJ nº 17.744.442/0001-45

XI – BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO:

11.1. A contratação de serviços médicos em ortopedia visa proporcionar melhorias significativas na qualidade e eficiência do atendimento prestado à população do Município de Mercês/MG. Com a presença de profissionais qualificados, será possível ampliar o acesso aos serviços de saúde, garantindo um atendimento mais ágil, humanizado e resolutivo. Entre os principais benefícios esperados estão a redução do tempo de espera por consultas, a descentralização dos atendimentos – evitando deslocamento desnecessário para outros municípios. Com essa iniciativa, o Município de Mercês/MG assegura o cumprimento dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), promovendo a universalização do acesso, a integralidade da atenção e a melhoria dos indicadores da saúde da população.

XII – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS:

12.1. Não haverá providências ou adequações previamente necessárias para a prestação do serviço.

XIII – POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS:

13.1. Não se aplica devido à natureza da contratação pretendida.

XIV – DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE:

14.1. Esta equipe de planejamento declara **VIÁVEL** esta contratação, tendo em vista na capacidade da solução apresentada alcançar, da melhor forma possível, os interesses público e institucional.

XIV – RESPONSÁVEIS:

Maria das Mercês Silveira Terra – Matrícula: 281

Mercês-MG, 23 de janeiro de 2026.

Maria das Mercês Silveira Terra
Secretária Municipal de Saúde

AUTORIZAÇÃO